

ACTA DA REUNIÃO DE CONSELHO SUPERIOR DE 05.03.2013

Presentes: MMA, RESS, JMES, MFES, PMA, RAES, FES e JCC

I – CONSELHO SUPERIOR

1. Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva (com a presença adicional de NLF)

NLF efectuou um relato da actual situação na FRESS, realçando que, apesar da Fundação ser qualificada juridicamente como uma entidade pública, toda a realidade da sua gestão corrente se enquadra numa Fundação de direito privado. Esta hibridez tem fortemente prejudicado a actividade da Fundação, motivo pelo qual se deve aproveitar a oportunidade da saída da nova Lei Quadro das Fundações para se tomar uma decisão sobre o enquadramento jurídico futuro da FRESS (doc. junto). Suscitada a discussão, foi unanimemente aprovada a passagem da FRESS para entidade de direito privado, tendo RESS realçado que essa decisão tem de ser acompanhada por um esforço de redução de custos adicional ao até aqui já praticado pela Fundação.

Procedeu-se de seguida à discussão da composição dos membros que poderão compor os Conselhos de Curadores e de Administração, tendo-se decidido convidar as seguintes pessoas:

- Conselho de Curadores
 - o RESS ou Mary ES Salgado ou Maria João Salgado
 - o JMES
 - o Maria João Bustorff Silva
 - o JMR
 - o NLF
 - o Simoneta Luz Afonso
 - o Emb. António Monteiro
 - o Luis Patricio
 - o João Marques Pinto

- Conselho de Administração
 - o Luis Calado (Presid. e único executivo)
 - o Ricardo B. Salgado

- o Ana Rita Calvi di Bergolo
- o Mónica Mosqueira do Amaral
- o José Sarmento de Matos

Foi também decidido que este tema deverá ser reapresentado na próxima reunião de CS, já com a presença de ALR, onde NLF deverá apresentar um novo orçamento com despesas reduzidas.

2. Relacionamento institucional com o Grupo Queiroz Pereira

RAES informou que tinha recebido um telefonema de PQP alertando que tinha sido combinado, em anterior reunião, que Rui Silveira pediria a demissão do cargo de administrador da Cimigest e que nada do combinado tinha acontecido. FES confirmou que também tinha recebido um telefonema de igual teor.

Com a presença adicional de Rui Silveira, Francisco Cary e Luis Cortes Martins, foi referido, por estes dois últimos, o seguinte:

Enquanto representantes do GES na comissão constituída com mais dois representantes do GQP, procuraram, ao nível da comissão, recolher opinião do que tinha funcionado mal no passado e propor um modo de organização societária assente na reciprocidade, em que se estabeleceria um modo de funcionamento equivalente para os CA da Sodim, Cimigest e ES Control e se assinaria um acordo accionista com estabelecimento de maiorias qualificadas para a tomada de decisões em CA e AG, ajustadas às participações relativas existentes. Ou seja, em ambos os casos haveria acesso a toda a informação, embora as maiorias qualificadas só funcionassem na Cimigest e na Sodim, uma vez que a participação da família QP na ES Control se apresenta relativamente pequena (7%).

Aquela abordagem foi recusada pelos representantes de PQP, que contrapuseram uma reciprocidade total, com nivelação de participações cruzadas, limitadas a 20%. Numa primeira fase, tinham se disposto a subir até 20% na ES Control, mas posteriormente apresentaram, por escrito, uma sugestão de reduzir as participações para os 7%.

Mais referiram que, em paralelo, estabeleceram também contactos com MQP, irmã de PQP, o que lhes permitiu apurar que esta mantinha a intenção de vender as suas participações no grupo, ao irmão ou a um terceiro, mas sempre alinhada com o GES, e que não gostaria de deixar para trás os primos Carrelhas.

Recentemente, tomaram conhecimento que o representante legal de PQP abordou a representante de MQP, anunciando a intenção de lhe apresentar uma proposta de compra alinhada com o que pagou aos sobrinhos quando lhes comprou a participação. MQP terá dado indicação de que estaria disponível para vender, mas agregando a venda da participação do GES e da Família Carrelhas.

Nos últimos anos, PQP reforçou a participação directa na Sodim e implementou um conjunto de rearranjos societários a jusante, que fazem com que actualmente, conjuntamente com a Mãe, possua o controlo societário de facto do GQP. Aparentemente dará a entender, através dos seus representantes, que esse controlo se encontra assegurado mesmo em caso de morte da Mãe.

Neste enquadramento, são da opinião de aceitar o princípio de vender, havendo que decidir se toda a participação ou se até um limite de 7%. Acreditam que a venda em bloco com MQP seja o melhor caminho e que poderá maximizar valor.

Foi seguidamente acordado por todos os presentes que o GES seguirá o processo de venda que MQP desencadear, nos termos do tag along existente, e que os representantes do GES na comissão deverão preparar toda a informação necessária ao estabelecimento dos preços a serem submetidos na negociação que se seguirá.

Foi também sugerido que ALR possa enviar uma carta a PQP informando-o que o GES decidiu substituir Rui Silveira no CA da Cimigest, sendo o mesmo substituído por Francisco Cary.

II - ESPIRITO SANTO INTERNATIONAL

JMES abordou a questão de vários accionistas da ESI se interrogarem se a sociedade irá liquidar dividendos e quais as perspectivas que se oferecem, neste âmbito, no futuro.

Foi referido que existe uma carta circular do BdP que, enquadrando-se no actual contexto de forte ajustamento da economia portuguesa e na persistência de restrições de acesso ao mercado de capitais para emissão de fundos próprios de base, considera essencial que as instituições adoptem todos os meios internos para reforçar o seu capital regulamentar e recomenda que não procedam à distribuição de dividendos ou, fazendo-o, que os reinvestam de imediato em capital.

Considerando que tal recomendação inibe qualquer distribuição de dividendos por parte da ESFG, foi articulado entre os presentes a comunicação que deve ser feita

aos accionistas, tendo também em conta que a situação crítica do país também afecta os resultados da Rio Forte.

III – ESPÍRITO SANTO FINANCIAL GROUP

JMES deu conhecimento de uma carta recebida de Pedro Cudell propondo uma reforma antecipada. Foi decidido que o assunto fosse previamente analisado por JCC para posterior reporte.

RESS fez uma breve alusão à actual conjuntura económica e aos seus impactos na actividade do BES, referindo a constatação da existência de um aumento de liquidez no mercado e a continuação do crescimento das poupanças das famílias e das remessas de emigrantes.

Mencionou também que o BES se encontra a concorrer à aquisição do Banco Gallego, propondo-se liquidar essa compra com CoCos, se para tal for autorizado. Fez também uma breve referência à última reunião havida entre a Troika e representantes da ESFG.

DATA DA PRÓXIMA REUNIÃO: 19.04.2013, às 15h30, no BES.